

As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistência popular

Marcelo Buzetto*

Resumo:

Este artigo apresenta uma análise sobre algumas das lutas políticas e sociais na região do Grande Oriente Médio nos últimos vinte anos, passando por guerras como as do Iraque e Afeganistão, a centralidade da Questão Palestina e a política externa dos EUA para a região, que favoreceu a criação de grupos terroristas e impediu qualquer vitória de um autêntico movimento revolucionário durante a chamada "Primavera Árabe".

Palabras claves: imperialismo; Oriente Médio; Primavera Árabe; terrorismo.

Social Struggles and Policies in the Greater Middle East: Between the Imperialist Wars and Popular Resistance

Abstract:

This article presents an analysis of some of the political and social struggles in the Greater Middle East region in the last twenty years, passing through the Iraq and Afghanistan wars, the centrality of the Palestinian Question and U.S. foreign policy toward the region, which favored the creation of terrorist groups and impeded any victory of an authentic revolutionary movement during the so-called "Arab Spring."

Keywords: imperialism; Middle East; Arab Spring; terrorism.

Acordo Sykes-Picot (1916): cem anos de violência e terror no Oriente Médio

Assistimos a continuação de inúmeros conflitos e guerras na região conhecida como "Oriente Médio". Guerras convencionais, onde os exércitos nacionais e suas articulações regionais/internacionais movimentam-se em simultâneos

* Pós-Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP/Marília-SP, Brasil. Professor no Centro Universitário Fundação Santo André. Autor de *A questão palestina: guerra, política e relações internacionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2016. End. eletrônico: mb2911pal@gmail.com

campos de batalha; ou guerras não-convencionais, com organizações político-militares, milícias, diferentes expressões midiáticas com instrumentos de propaganda e operações de guerra psicológica, e a crescente presença dos serviços de inteligência. Um cenário mais complexo que as guerras, rebeliões e revoluções do século XX.

Durante a construção do Acordo Sykes-Picot, em 1916, quando os governos da França e Inglaterra pensavam o futuro diante da possível queda do Império Turco-Otomano, o capitão William Reginald Hall (chefe da Inteligência do Almirantado britânico) dizia ao diplomata Mark Sykes: “A força é a melhor propaganda entre os árabes” (Hall, *apud* Fromkin, 2008: 219). Era o contexto de discussão sobre as possíveis concessões do governo britânico aos árabes, em especial às reivindicações de Hussein Ibne Ali, Xerife e Emir de Meca entre 1908 e 1924. Era o momento da construção de uma aliança entre ingleses e lideranças tribais árabes. O capitão Hall anunciava sua posição de enviar tropas britânicas para a Palestina e outras regiões, para assegurar os interesses de seu governo contra as forças políticas e sociais que disputavam os territórios árabes liberados da dominação turca.

Essa declaração revela uma tragédia anunciada, pois no século XX e início do século XXI milhares de soldados europeus e estadunidenses participaram de intervenções militares. Patrocinaram golpes de Estado, assassinatos de lideranças políticas, de presidentes, estimularam e praticaram atos terroristas contra a população civil e/ou membros de governos, infiltraram seus agentes em instituições governamentais, empresas e organizações políticas, sociais, culturais e religiosas, apoiaram veículos de comunicação. Aliaram seus interesses a grupos/ partidos subordinados a uma estratégia política de consolidação do poder imperialista no Oriente Médio, especialmente nos territórios árabes, e em países importantes para a geopolítica regional, como a Turquia e o Irã (que não são árabes).

Com o Acordo Sykes-Picot, o imperialismo inglês e francês inaugura uma era de violência e terror contra a classe trabalhadora e as massas populares. Mark Sykes e François Georges-Picot firmaram um acordo secreto entre Inglaterra e França no dia 16 de maio de 1916.

Assim nasceu o mapa e a expressão Oriente Médio, fruto de uma intervenção militar imperialista, com o apoio de setores dirigentes da classe dominante árabe, lideranças tribais, conquistadas pela idéia de independência e soberania, e ampliação de seu poder político e econômico. Inglaterra assumia o controle da Palestina, Transjordânia e Iraque, e França do Líbano e Síria. O sonho de independência dos árabes era interrompido. Para

seus aliados da família Hussein, Londres ofereceria a Península Arábica. Os árabes não sabiam disso, pois esperavam criar uma grande nação, cujo centro

seria justamente o Crescente Fértil, sendo a península um apêndice (...) A Síria e Líbano passaram a ser Mandato Francês em 1920 e os britânicos, através de seus Mandatos, colocaram os irmãos Faiçal e Abdallah, filhos de Hussein, nos tronos do Iraque e da Transjordânia, respectivamente. Na Península Arábica, o Xerife Hussein de Meca, aliado dos ingleses, foi derrotado militarmente por seu rival, Ibn Saud, da região e Nedj. Saud uniu as duas regiões (Hedjaz e Nedj) e expandiu seus domínios na península, criando, em 1932, um reino que mais tarde seria denominado Arábia Saudita. (Visentini, 2014:8-9)

Algumas lições do Acordo Sykes-Picot: 1. A guerra de conquista, a violência e o terror são parte indispensável da política colonialista/imperialista; 2. A força (política, social militar e cultural) é elemento fundamental para a resolução de conflitos na região. Forças políticas e sociais com projeto estratégico de libertação nacional e/ou pelo socialismo devem construir pontes e alianças entre partidos, movimentos e governos, para fortalecer idéias e organizações populares, visando a alterar a correlação de forças e se contrapor à política imperialista; 3. O pacifismo pequeno burguês e idealista não encontra terreno favorável no interior do Oriente Médio. Mas a defesa da paz deve ter forma e conteúdo, não pode ser a “paz dos cemitérios”, nem a paz da rendição e derrota das forças progressistas e populares que lutam contra os interesses das empresas e governos imperialistas e seus aliados. Muitos governantes falam de paz, mas pronunciam mais a palavra guerra, como Barak Obama no discurso do Nobel da Paz.

O pacifismo expresso das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) será ineficaz, se não existirem condições concretas de resistência. Líbia e Síria, dois exemplos: para se construir uma nação de paz, é necessário derrotar as forças que representam o imperialismo e sua política militarista e intervencionista.

EUA/União Européia/OTAN no Iraque e no Afeganistão: uma política programada de destruição e pilhagem de nações e povos

Entre agosto de 1990 e fevereiro de 1991 explode a Guerra do Golfo, após o governo de Saddam Hussein ordenar a invasão do Kwait visando a “recuperar” território que historicamente pertencia ao Iraque. Acusando a Inglaterra de ter criado um país artificial após sua vitória contra o Império Turco-Otomano (1918), Saddam decidiu resolver uma série de conflitos com a monarquia vizinha através da guerra. Mas, “o imprevisível e o inesperado fazem parte do cotidiano das guerras e revoluções”, e toda guerra é acompanhada por certo grau de “incerteza” e “insegurança” (Buzetto, 2004: 56; 58) quanto aos seus desdobramentos.

Saddam também acusava o Kwait de atender os interesses do imperialismo estadunidense-britânico-francês, produzindo mais petróleo, para derrubar os

preços no mercado mundial e atingir economicamente o Iraque. A invasão do Kuwait mobilizou tropas dos EUA, Inglaterra, França, Arábia Saudita e Kuwait contra o Iraque, numa coalizão que promoveu o maior bombardeio aéreo desde a Segunda Guerra Mundial. EUA, França e Inglaterra tiveram o apoio do Conselho de Segurança da ONU para forçar a retirada das tropas iraquianas. O início da batalha aérea demonstrava que não bastava exigir a retirada do território do Kuwait, mas destruir as forças armadas iraquianas. O Iraque atacou refinarias no Kuwait e na Arábia Saudita, e enviou mísseis Scud contra Israel. As tropas estadunidenses iniciaram a contra-ofensiva também por terra. Entre 1991 e 2003 o Iraque foi bombardeado semanalmente pelos EUA e Inglaterra. O bloqueio econômico contra esta nação árabe e os bombardeios assassinaram cerca de 1 milhão de habitantes, entre eles 500 mil crianças. Cerca de 100 mil iraquianos morreram nos ataques de 1991 contra Bagdá. Nessa Guerra do Golfo, observa-se que o Iraque foi o primeiro país árabe a atacar Israel (desde 1973) e a supostamente inatingível monarquia pró-imperialista da Arábia Saudita.

Entre 1991 e 1996 a guerra civil no Afeganistão levou ao poder os Talibans, antigos aliados dos EUA e do Paquistão na luta contra as tropas soviéticas, que chegaram ao país em 1978, através de um acordo de cooperação com o governo do Partido Democrático e Popular do Afeganistão. Com o fim da URSS (1991) e a conquista do poder em 1996, os Talebans foram reconhecidos pelos EUA. Fizeram reuniões com o presidente Bill Clinton, que visava a obter aprovação para um conglomerado de empresas liderado pela Union Oil Company of California (UNOCAL) construir um conjunto de oleodutos/gasodutos, entre Uzbequistão-Afeganistão-Paquistão-Mar da Arábia, entre Afeganistão-Paquistão-Oceano Índico e outro a partir do Turcomenistão (Bandeira, 2014: 82).

De 1996 a 2001, aumentam as tropas estadunidenses e da OTAN no Grande Oriente Médio, e novos conflitos desenvolveram-se no Afeganistão. O misterioso atentado terrorista contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e contra a Casa Branca e Pentágono, criaram as justificativas para mais uma operação militar. O governo dos EUA criou acusações fantasiosas sobre uma articulação entre Osama Bin Laden (conhecido aliado dos EUA na luta contra os soviéticos no Afeganistão) e Saddam Hussein (antigo aliado dos EUA na Guerra Irã-Iraque 1980-1988, mas desafeto político desde 1991). Outras mentiras foram incorporadas como verdade absoluta pela mídia empresarial internacional e até por setores considerados progressistas que queriam evitar “teorias conspiratórias”. O fato é que “Bin Laden sempre expressou seu ódio por Saddam Hussein” (Fisk, 2007: 1410).

Dois impressionantes manipulações midiáticas da história da comunicação mundial podem ser destacadas: 1. O impacto dos aviões não derrubou as torres

gêmeas. Segundo engenheiros envolvidos na construção do World Trade Center, os prédios suportariam a colisão. Uma sucessão de explosões destruiu as colunas de sustentação dos prédios, semelhante a uma implosão, amplamente conhecida por especialistas da construção civil, e testemunhada por bombeiros, policiais, trabalhadores do WTC e pessoas nas ruas, em diversas publicações; 2. Nunca houve um Boing 757 contra o Pentágono. As imagens das câmaras de segurança não foram divulgadas. A imagem de um posto de gasolina mostra uma grande explosão, mas nenhum avião. O mais provável é que tenha sido um míssil contra o Pentágono. Três livros são fundamentais para se compreender os eventos de 11 de setembro de 2001: *A grande guerra pela civilização. A conquista do Oriente Médio*, de Robert Fisk (2007), *Guerra e globalização: antes e depois do 11 de setembro* (2004), de Michel Chossudóvsky, e *11 de setembro de 2011: uma terrível farsa* (2003), de Thierry Meyssan (2003).

Em março de 2003, foi a invasão do Iraque, seguida do assassinato do presidente Saddam Hussein. Os EUA tinham na região 225 mil soldados, 5 porta-aviões, 990 aviões, 150 navios, 900 tanques e milhares de bombas e mísseis. O Reino Unido contava com 45 mil soldados, 1 porta aviões, 30 navios e 510 tanques (Buzetto, 2004: 56). Saddam Hussein apresentava-se como uma liderança antiimperialista, mas sempre foi um personagem repleto de contradições. Entre 1973 e 1980 firmou acordos com a URSS, mas mesmo os comunistas pró-soviéticos no Iraque eram perseguidos, presos e assassinados pelas forças do governo. E isso aconteceu antes e após a integração do Partido Comunista Iraquiano à Frente Nacional Progressista, uma união de partidos liderada pelo Partido Nacionalista Socialista Árabe (Baath), cujo presidente era Saddam (Ali, 2003:127). Curdos e xiitas também foram alvos da repressão.

As tropas da OTAN foram derrotadas no Afeganistão e no Iraque. Fracasaram na tentativa de obter o controle da produção e comercialização de gás e petróleo. Fracassaram também na conquista do território, indispensável para a colonização/recolonização desses dois países pelas forças imperialistas da OTAN.

Os povos do Afeganistão e Iraque pagaram preço altíssimo. Os dois países invadidos estão hoje mais próximos do Eixo Irã-Rússia-Síria do que do Eixo EUA-Arábia Saudita-Paquistão. A OTAN promoveu uma destruição econômica, social, política, militar e cultural, com conseqüências humanitárias indescritíveis, sem qualquer disposição de reparação pelos governos responsáveis pela destruição. A ONU sequer se manifesta sobre algum julgamento por tortura, genocídio ou crimes de guerra praticados pelas forças da OTAN, mesmo depois de contundentes e numerosas provas, com fotos e filmagens de soldados praticando violações de direitos contra prisioneiros e população civil. Nada disso foi suficiente para a ONU levar a OTAN para o Tribunal Penal Internacional.

A impunidade só estimulou a OTAN a reproduzir os mesmos crimes na Líbia e na Síria. A destruição do Afeganistão e Iraque pelas forças da OTAN criou as condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento de grupos e organizações terroristas com os mais distintos interesses, geralmente financiados pelas forças da própria OTAN e seus aliados na região, em especial Arábia Saudita e monarquias árabes, Turquia e Israel.

A Questão Palestina: do fracasso dos Acordos de Oslo a uma nova fase da luta pela libertação nacional e o fim da ocupação israelense

Entre 1988 e 1993, em Oslo (Noruega) ocorreram reuniões secretas entre um setor dirigente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e representantes do governo de Israel. Os membros da OLP eram ligados principalmente ao Movimento de Libertação Nacional (Fatah), partido político liderado por Yasser Arafat, mas não houve amplo debate no interior do movimento nacional palestino, e a maioria de seus dirigentes não participaram dessas reuniões, nem aprovaram as propostas acordadas entre EUA e URSS: que a OLP reconhecesse o Estado de Israel, abandonasse a luta armada e trabalhasse pela solução de dois Estados, conforme Resolução 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947 (Plano de Partilha da Palestina). O Conselho Nacional Palestino (CNP), as organizações de massa do povo palestino e seus partidos políticos não tiveram informações e foram excluídos das denominadas “negociações de paz”. Nem mesmo todos os dirigentes da Fatah sabiam detalhes do que estava ocorrendo.

O programa original da OLP defendia um Estado Palestino laico e democrático no território da Palestina histórica, onde judeus, cristãos, muçulmanos teriam direitos iguais. Mas a correlação de forças favoreceu Israel, quando o Egito (1977-79) propôs-se a negociar o reconhecimento de Israel em troca da Península do Sinai (ocupada na Guerra dos Seis Dias-1967); e a realizar acordos de cooperação econômica, militar, defesa e segurança das fronteiras, com apoio financeiro dos EUA para suas forças armadas.

A ampla aliança da burguesia árabe com setores da economia capitalista dos EUA e da Europa criou relações de compromisso para proteger o aliado estratégico do imperialismo na região: o Estado de Israel. A URSS também empurrou setores da OLP para a defesa da solução de dois estados. Em 1984, George Habash (Secretário-Geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina-FPLP), já alertava que o meios para a OLP sair desse impasse seriam: **1.** unificar as forças da resistência palestina em um programa nacional antiimperialista e antisionista; **2.** fortalecer a luta armada contra a ocupação sionista; **3.** construir uma direção política colegiada, coletiva, para conduzir a OLP em sua luta dentro e fora da Palestina; **4.** combater, no interior da direção da OLP, a

influência “norte-americana” e dos “regimes árabes reacionários”; 5. fortalecer a aliança entre OLP, Síria e forças patrióticas libanesas (Habash, 1985:18 e 19)¹.

Negociar clandestinamente com Israel, EUA e seus aliados no mundo árabe era uma prática do conhecido líder do movimento nacional palestino, Yasser Arafat, segundo vários dirigentes da OLP. Também Nayef Hawatmeh (Secretário-Geral da Frente Democrática para a Libertação da Palestina-FDLP), afirmava que depois da retirada de parte de sua direção do Líbano (1982) a crise da OLP ocorreu devido: 1. às posições da direita na direção da OLP, cedendo às pressões da “política norte-americana” e das “burguesias árabes pró-norte-americanos”; 2. a visita de Arafat ao Cairo, desrespeitando uma resolução do Conselho Nacional Palestino (1983), que considerava o governo de Anwar Al-Sadat um traidor da causa árabe-palestina.

Hawatmeh afirma que as “forças democráticas palestinas” (comunistas/marxistas) esforçaram-se para reconstruir uma OLP unida e democrática, criando a Aliança Democrática Palestina, formada pela FPLP, FDLP, Partido Comunista Palestino e Frente de Libertação Palestina (FLP). Esta aliança propôs um programa antiimperialista e antisionista, unidade nacional palestina e formação de uma direção política coletiva e democrática para conduzir a OLP. O princípio era autonomia da OLP frente a qualquer regime árabe, seguindo o princípio de que só o povo palestino (e suas legítimas organizações) tem o direito de decidir seu futuro e formas de luta. Nesse sentido, também defenderam a luta armada como um dos instrumentos de resistência à ocupação israelense (Hawatmeh, 1985: 24 e 25).

Mas entre 1988 e 1993, Arafat e um setor da direita do movimento nacional palestino, (influenciado pelos EUA e burguesia árabe) construíram os chamados Acordos de Oslo. A delegação israelense sempre impôs condições para sentar à mesa com a OLP, mas Arafat, com estilo personalista e centralizador, controlou rigorosamente todo o processo e negociou em nome da OLP e do povo palestino. Israel e EUA viram em Arafat a possibilidade de arrancar concessões de uma das mais importantes organizações de libertação nacional criadas no mundo árabe. Dividir e destruir a OLP sempre foram objetivos estratégicos da política israelense e estadunidense e, quanto mais Arafat negociava os direitos inalienáveis de seu povo, mais se intensificava a divisão das forças políticas palestinas.

Não há como discutir a crise no Oriente Médio ou Mundo Árabe sem a Questão Palestina². Não há como analisar as transformações políticas e sociais

¹ Habash apresentou esses pontos em entrevista à *Revue d'études Palestiniennes*, e reproduzida pela revista *Estudios Palestinos*, do *Instituto de Estudios Palestinos* (Buenos Aires, Argentina).

² Este artigo foi escrito para celebrar os vinte anos de uma revista acadêmica de fundamental importância para o debate progressista e de esquerda do Brasil: a *Lutas Sociais*. Criada em 1996, *Lutas Sociais* acompanhou a tragédia palestina dos últimos vinte e três anos.

nessas regiões sem considerar o fracasso dos Acordos de Oslo, para a Palestina, mas de vitória parcial para Israel.

Entre 1988 e 1993, o movimento nacional palestino viveu um impasse, criado pela disputa interna entre os diferentes partidos da OLP; pelo surgimento do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas-1987); e pelo desaparecimento da URSS e do Bloco Socialista. Uma conjuntura difícil para quem defendia a continuidade da luta armada e do programa original de um só Estado.

Entre 1993 e 1996, Arafat priorizou a organização da Autoridade Nacional Palestina (depois, Autoridade Palestina), um suposto “governo autônomo” em Gaza e parte da Cisjordânia. Mas esse suposto “governo palestino” não controla as estradas, o litoral e o céu desses dois territórios, nem tem moeda própria. Israel segue controlando as fronteiras e promovendo a construção de assentamentos ilegais na Cisjordânia. O “muro do apartheid” (mesmo com decisão contrária da Corte Internacional de Justiça) continua existindo e separando as populações, e Israel ainda mantém cerca de 6500 mil prisioneiros políticos palestinos (inclusive 300 crianças), proíbe a existência de um porto e um aeroporto em Gaza, e mantém uma operação de cerco e bloqueio. Israel viola tratados internacionais, bombardeia a população civil, demole casas e expulsa famílias palestinas de Jerusalém Oriental (reconhecida até pela ONU como capital do Estado Palestino). Mais uma vez, revela-se uma ameaça à paz na região, principalmente pelo seu apoio a grupos terroristas que atuam na Síria.

Israel e EUA conseguiram dobrar Arafat e seus negociadores, e na construção dos Acordos de Oslo alguns temas foram excluídos: a libertação dos presos políticos; o cumprimento da Resolução 194 da ONU (direito de retorno dos refugiados palestinos, com indenização para casos de destruição/expropriação); a questão de Jerusalém, que o governo sionista de Israel afirma ser a “capital indivisível e eterna do Estado Judeu”.

O fato de concordar com estas pré-condições do colonialismo israelense enfraqueceu a delegação palestina nesse suposto “acordo”. A direção do Fatah e um setor dirigente da OLP buscaram tirar vantagens econômicas dessa aproximação com Israel e EUA. Denúncias de corrupção entre os setores dirigentes da constituída Autoridade Palestina não param de crescer.

A esquerda palestina, representada principalmente pela FPLP e FDLP, convive com novos grupos que pregam a solução de dois Estados e centenas de Organizações Não-Governamentais (ONGs), sustentadas por projetos financiados pelos governos dos EUA e da União Européia. Surgem novas organizações e movimentos, com os mais diversos interesses e posições políticas. A OLP já não é mais a “única e legítima representante do povo palestino”.

Até 2000, as ilusões sobre a possibilidade da solução de dois Estados ainda encontravam condições para se desenvolver, mas a partir daí iniciaram-se as mobilizações da Segunda Intifada (2000) e Terceira Intifada (2015). Os governos israelenses continuavam praticando uma política de limpeza étnica, genocídio e apartheid, violando os princípios do direito internacional humanitário, sem mais espaço para a materialização da solução dos dois Estados.

Os governos israelenses nunca aceitaram a existência de um Estado Palestino, ou o recuo de suas tropas até as fronteiras de 04 de junho de 1967, nem sua retirada das Colinas de Golã (Síria) e de Jerusalém (Palestina).

A tragédia palestina é única em muitos aspectos, pois se trata de um acordo entre um setor dirigente do movimento de libertação nacional e uma potência colonialista, em que o oprimido aceita fazer inúmeras concessões, que foi o que parte da liderança da OLP fez diante de Israel nos Acordos de Oslo (Said, 2012: 103 e 104). Porém, um importante setor da resistência palestina manteve-se na defesa de determinados princípios e formas de luta, e sobreviveu à ofensiva imperialista-sionista, em diferentes campos de batalha, político, militar e cultural-midiático-ideológico. FPLP, FDLP, Hamas e Jihad Islâmica Palestina são alguns representantes desse setor.

Meios de comunicação de massa mundial continuaram criminalizando a luta palestina pela libertação e independência nacional. Um setor do movimento nacional palestino recuou, adotando posições que conciliam e concordam com a ocupação israelense, a ponto de a Autoridade Palestina tornar-se algo parecido com um gerente/administrador da ocupação israelense.

O apoio político e material de governos como da República Árabe Síria e da República Islâmica do Irã para a resistência palestina é importante, principalmente para a situação de Gaza, onde diferentes brigadas da resistência demonstram incrível capacidade de adaptação e mobilidade, num conflito em que é explícita a desigualdade de forças no campo militar.

Mas, em uma guerra não-convencional ou conflito assimétrico, a quantidade de equipamentos militares não é o único elemento a definir o resultado das batalhas. Trata-se de uma batalha cotidiana, na mídia, no coração e nas mentes das populações árabes, muçulmanas, cristãs e judaicas de diferentes partes da região e do mundo, nos corredores e bastidores da ONU, no campo da diplomacia, da cultura e no terreno militar.

Apesar de muitos governantes árabes serem aliados de Israel e da política externa estadunidense para a região do Oriente Médio, muçulmanos e árabes do mundo apóiam e acreditam na vitória dos palestinos contra Israel. Na Palestina, crescem ações de organizações como Brigadas Ezzedeem Al-Qassan (Hamas), Brigadas Abu Ali Mustafa (FPLP), Brigadas Al-Quds (Jihad Islâmica Palestina)

e Brigadas de Resistência Nacional (FDLP). Tais organizações pagam um preço altíssimo em vidas humanas por defenderem seu povo das agressões do colonialismo israelense. O governo de Israel tem praticado o assassinato seletivo de suas lideranças e ataques à população civil, principalmente em Gaza. Em julho de 2014 Israel lançou contra Gaza a *Operação Margem Protetora*:

Em mais uma ofensiva militar Israel assassinou, segundo a ONU, 2.131 palestinos, sendo 501 crianças e, dessas, 70% tinham idade menor que 12 anos. Nesses 50 dias de ocupação militar aérea, marítima e terrestre foram registrados 10.918 feridos, sendo 3.312 crianças e 2.120 mulheres. Pelos menos 10.920 casas foram destruídas ou danificadas, além de 98 escolas, 161 mesquitas, 8 hospitais (sendo 6 totalmente destruídos), 46 escritórios de Organizações Não-Governamentais, 50 bracos de pesca e 244 carros (Buzetto, 2016: 89).

No interior do movimento nacional palestino, persiste uma crise teórica, política, ideológica e organizativa, mas as ações concretas contra a ocupação israelense vão forjando a unidade das organizações. A estratégia política de um só Estado ainda orienta as diferentes táticas de muitas organizações palestinas.

A Revolução Palestina recebe crescente apoio do governo do Irã, uma potência regional em plena ascensão. O Irã contribuiu para a derrota israelense no Líbano em 1982, em 2000 e em 2006, e seu apoio às forças da resistência libanesa (principalmente ao Hezbollah) é reconhecido internacionalmente. A única derrota militar contundente de Israel ocorreu no Líbano, onde Irã, Síria, resistência libanesa e resistência palestina derrotaram as forças israelenses.

Com a ampliação da influência do Irã no Líbano, na Síria, na Palestina, no Iraque, no Iêmen, no Afeganistão e vários países do mundo árabe, um novo bloco de forças amadurece a experiência de lidar com os conflitos internos e de construir acordos necessários para interromper ou neutralizar o avanço do imperialismo-sionismo na região do Oriente Médio.

O Irã criou um espaço para o debate da situação da palestina, com vários movimentos mundiais de solidariedade e com as forças ativas da resistência palestina: a **Conferência Internacional de Apoio à Intifada Palestina**. A 1ª Conferência ocorreu em 1991, e as outras em 2001, 2006, 2009, 2011.

A 6ª Conferência aconteceu em fevereiro de 2017, em Teerã, na sede do Parlamento iraniano. O presidente do Irã, Hasan Rohani, afirmou que a prioridade do mundo muçulmano deve ser apoiar a resistência palestina, garantir o direito de retorno dos refugiados e estabelecer um Estado Palestino tendo como capital Jerusalém. Rohani também propôs um plebiscito/referendo, para que todos da Palestina manifestem-se sobre a questão de um ou dois Estados. Desse processo de votação, devem participar todos os habitantes dos territórios palestinos ocupa-

dos em 1948 (conhecido como Israel) e em 1967 (Gaza, Cisjordânia, Jerusalém, Golan-Síria), sejam judeus, muçulmanos, cristãos, e os refugiados. A proposta foi apoiada por várias organizações palestinas presentes na 6ª. Conferência.

Inúmeras articulações internacionais surgiram nos últimos anos, como a **Campanha Global pelo Retorno à Palestina (2014)** e a **Liga Latino Americana pelo Retorno à Palestina (2105)**. As derrotas estadunidenses no Iraque e na Síria, bem como a eleição de Donald Trump, criam novas contradições no interior do bloco imperialista-sionista, e abrem novas estradas para as forças sociais e políticas que representam os legítimos interesses do povo palestino.

Não houve Revolução alguma: os movimentos democrático-populares e a contra-revolução preventiva pró-imperialista durante a chamada “Primavera Árabe”

Entre 2010 e 2011, iniciou-se uma série de mobilizações populares simultâneas, em vários países do mundo árabe e na Turquia. A expressão “Primavera Árabe” foi amplamente usada para designar esses acontecimentos. Mas, não é possível analisar esse fenômeno político, social e cultural sem identificar as particularidades/ singularidades de cada região e/ou país:

Saara Ocidental, Curdos: onde se observa uma luta popular com raízes históricas, e um programa democrático, nacional e anticolonialista/antiimperialista. Esse é um movimento legítimo de luta pela libertação, independência, soberania e autodeterminação nacional e cultural.

É importante destacar a jornada de mobilização contra a ocupação marroquina do Saara Ocidental em outubro de 2010. A República Árabe Saharauí Democrática (RASD) já foi reconhecida por 84 países, e atualmente recebe o apoio decisivo da Argélia. A Frente Popular de Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Oro (Frente Polisario) organiza mobilizações de massa contra o governo colonialista do Marrocos desde 1974, mas a mídia ocidental não divulgou essa luta, nem chamou as mobilizações massivas do povo saharauí de “Primavera”. Mas é um povo árabe e africano. O único país árabe onde se fala fluentemente o espanhol, devido à solidariedade do governo de Cuba; à herança do colonialismo espanhol; e ao apoio que recebem do povo espanhol, catalão e basco.

Os curdos, principalmente na Turquia, travam uma batalha desigual pela autonomia de seu território. O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e outras organizações realizam demonstrações de massa contra a política de violência e repressão do governo de Recep Tayyip Erdogan, mas também são mal vistos pelas potências imperialistas e seus aliados regionais.

Tunísia e Egito: onde grandes mobilizações populares de caráter democrático e antiimperialista-antisionista tomaram as ruas, derrubaram dois presidentes ligados aos interesses dos EUA: Zine El Abidine Bem Ali (Tunísia) e Hosni Mubarak (Egito). Houve o ressurgimento dos movimentos de massa progressistas, com organizações de esquerda comunistas e socialistas, mas esse processo, que poderia resultar numa situação pré-revolucionária, foi interrompido.

Com o tradicional acordo “pelo alto”, setores da burguesia aliados a alguns segmentos e organizações de base social popular abandonaram a estratégia política revolucionária ou de reformas estruturais na economia e na política. Partidos nacionalistas islâmicos aproveitaram da crise de alternativas (e da crise na esquerda árabe) para ocupar espaços nas ruas, parlamentos e novos governos. Mas a classe trabalhadora e as massas populares também produziram novas organizações e formas de luta que, a qualquer momento, podem realizar protestos massivos nesses dois importantes países árabes. Uma importante força de esquerda resutante desse processo é o partido Frente Popular.

Líbia: em 2011, a Líbia era o país africano com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da ONU. O presidente, Muammar Al-Gaddafi, liderou um movimento cívico-militar para a deposição do Rei Idris (01 de setembro de 1969), semelhante ao ocorrido no Egito (1952), sob a liderança de Gamal Abdel Nasser ,que se tornou uma referência para Gaddafi.

Três momentos marcam o governo de Gaddafi: 1. Luta contra o imperialismo, o racismo e o sionismo, e defesa do panarabismo (1969/1991); 2. Busca do pragmatismo e fortalecimento do panafricanismo (1991/2001); 3. Tentativa de reaproximação com as potências imperialistas (2001/2011). Mas, Gaddafi era visto como uma ameaça aos interesses estadunidenses e europeus, além de ser odiado pelas monarquias árabes.

É evidente que “Não houve revolução popular ou democrática na Líbia” (Buzetto, 2012: 190). Com apoio externo, setores da oposição conseguiram armas e equipamentos militares, apoio logístico e dos meios de comunicação pró-imperialistas para criar uma Operação de Guerra Psicológica. Foi um conflito assimétrico, com irrestrita sustentação política, militar e financeira dos EUA, França, Inglaterra, Itália, Arábia Saudita, Qatar, Jordânia e Egito (este último governado à época pela Irmandade Muçulmana).

O Conselho de Segurança da ONU permitiu o fechamento do espaço aéreo líbio, primeiro passo da invasão do país pelas tropas da OTAN. A falsa acusação de que Gaddafi estava usando aviões para atirar contra a população civil criou o clima favorável para a “Intervenção Humanitária”. Até um admirado cartunista brasileiro de esquerda divulgou um desenho do presidente líbio comandando

aviões e promovendo um banho de sangue contra seu povo. Até hoje nenhuma imagem desse suposto massacre da aviação líbia contra a população civil foi apresentada. Gaddafi tinha suas contradições, mas foi covardemente assassinado por mercenários a serviço dos interesses imperialistas.

O governo do Conselho Nacional de Transição, escolhido pela OTAN, destruiu a Líbia, promoveu uma política racista e machista de governo, com exclusão de negros e mulheres, dois setores beneficiados pelas políticas públicas de Gaddafi.

A fragmentação da Líbia foi inevitável, mas atualmente já há grupos de resistência antiimperialistas, com apoio popular, que controlam partes importantes do país.

Síria: Na República Árabe Síria, os métodos do imperialismo alcançaram níveis inimagináveis, com o uso de organizações terroristas, armas químicas, tortura e decapitações, violação massiva contra mulheres e assassinato em massa de crianças.

Havia manifestações legítimas contra o governo de Baschar Al-Assad, por reformas econômicas, sociais e políticas, mas foram infiltradas por opositores a serviço de governos estrangeiros. Com o objetivo de criar uma situação de instabilidade e violência, distribuíram armas e provocaram o governo a colocar tropas nas ruas, resultando em um conflito com mortos e feridos. Midiaticamente, justificava-se a intervenção imperialista na Síria.

EUA e seus aliados, como Israel e Turquia, armaram organizações terroristas como Exército Livre Sírio, Frente Al Nusra e Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS). Líderes islâmicos ligados à família real saudita convocaram os muçulmanos sunitas para uma “Jihad” contra o infiel Baschar Al-Assad. A Central de Inteligência Americana (CIA), o Mossad israelense e empresas que contratam mercenários, como a Blackwater (EUA), participaram dos treinamentos (Bandeira, 2016: 376 e 377).

A derrota de Assad por uma contrarrevolução pró-imperialista/sionista/monarquista foi evitada pelas presenças da Rússia; da Guarda Revolucionária Iraniana (que atuou no Iraque e Síria); do Hezbollah libanês, com experiência de guerra não convencional e guerrilha urbana/rural; e de contingentes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que atuaram em conjunto com o governo sírio no combate contra o Estado Islâmico e tropas turcas na fronteira com Síria.

A derrota de Assad seria uma vitória contra as forças progressistas da região, como a resistência libanesa, a resistência palestina e os curdos do PKK. Organizações palestinas também combateram na Síria, como a Jihad Islâmica Palestina e Frente Popular para a Libertação da Palestina-Comando Geral (FPLP-CG). A

batalha da Síria alterou significativamente os rumos da geopolítica e dos conflitos no Mundo Árabe e Oriente Médio, mas ainda não terminou.

A construção de um movimento regional e internacional contra o imperialismo, o sionismo e as monarquias

As lições da Líbia, Síria e Palestina sugerem a necessidade de um movimento internacional antiimperialista, com blocos regionais de movimentos, partidos, governos e organizações político-militares, orientados por uma estratégia política progressista.

Essa era uma orientação da política externa defendida pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, que tinha a sabedoria estratégica para perceber que contra o imperialismo ou se tem força ou não existe possibilidade de vitória. A construção da paz no Oriente Médio depende de uma correlação de forças capaz de resistir à política dos EUA, Arábia Saudita, Turquia e Israel, que só promovem a violência e a divisão entre os povos da região.

Cada derrota do imperialismo, como na Síria e Iraque (menor na Líbia e Palestina) é um passo concreto na direção da libertação do Oriente Médio. As forças populares, democráticas e de esquerda devem ampliar sua capacidade organizativa entre as massas e construir as condições para edificar uma nova sociedade. E o Oriente também anseia por grandes mudanças, afinal, foi onde a Revolução Russa ocorreu, há 100 anos.

Bibliografia

- BALI, Tariq (2003). *Bush na Babilônia: a recolonização do Iraque*. São Paulo: Record.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2016). *A desordem mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2014). *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUZETTO, Marcelo (2016). *A questão palestina: guerra, política e relações internacionais*. 1ª. reimpressão. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (2012). A OTAN e seus aliados na invasão da Líbia: um atentado contra o direito internacional humanitário e uma violação dos direitos humanos do povo líbio. *RECRUE – Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia/ Centro Universitário Fundação Santo André*, n. 2. São Paulo.

- _____ (2004). As guerras de libertação nacional e o processo de expansão mundial do capital. *Lutas Sociais* n. 11/12, São Paulo.
- CHOSSUDOVSKEY, Michael (2004). *Guerra e globalização: antes e depois do 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular.
- FISK, Robert (2007). *A grande guerra pela civilização*. A conquista do Oriente Médio. São Paulo: Planeta.
- FROMKIN, David (2008). *Paç e guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- HABASH, George (1985). La OLP: balance y perspectivas. *Estudios Palestinos*, ano I, n. 03, Buenos Aires.
- HAWATMEH, Nayef (1985). La OLP: balance y perspectivas. *Estudios Palestinos*, ano I, n. 03, Buenos Aires: Instituto de Estudios Palestinos.
- MEYSSAN, Thierry (2003). *11 de setembro de 2011: uma terrível farsa*. São Paulo: Usina do Livro.
- SAID, Edward (2012). *O acordo entre Israel e OLP: uma avaliação crítica – 27 de setembro de 1993*. In: BARSAMIAN, David (org.). *A pena e a espada: diálogos com Edward Said*. São Paulo: UNESP.
- VISENTINI, Paulo G. (2014). *O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.